
	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 1/20
		Data: xx/xx/2024

(SG-ROTAS-DOC1-MSG)


MANUAL DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Dezembro/2024

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 2/20
		Data: xx/xx/2024

Lista de Abreviaturas

APL.	Arranjo Produtivo Local
DGINF.	Departamento de Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
MIDR.	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
PNDR.	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT.	Política Nacional de Ordenamento do Território
PNPDEC.	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SDR.	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
SG.	Sistema de Governança

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 3/20
		Data: xx/xx/2024


Sumário

1.	3	
1.1	Importância da Estratégia Rotas de Integração Nacional	2
1.2	Marco Legal da Estratégia Rotas de Integração Nacional: Decreto nº 9.203/2017 e da Portaria nº 2.737/2023	3
1.3	Definições e Conceitos Relevantes	4
2.	7	
2.1	Justificativa da Estruturação de um Sistema de Governança para a Estratégia Rotas de Integração Nacional	5
2.2	Aplicabilidade do Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	8
3.	11	
3.2.1	Etapa 1: Identificação, Instauração e Reconhecimento do Polo	11
3.2.2	Etapa 2: Gestão da carteira de projetos	13
3.2.3	Etapa 3: Acompanhamento e Monitoramento	13
4.	15	
5.	16	
6.	18	

1. INTRODUÇÃO

1.1 Importância da Estratégia Rotas de Integração Nacional

A Estratégia Rotas de Integração Nacional tem uma importância estratégica para o desenvolvimento regional do Brasil ao promover a coesão territorial e fortalecer

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 4/20
		Data: xx/xx/2024

cadeias produtivas em diversas áreas do país. Seu principal objetivo é integrar regiões e setores que possuem potencial de crescimento, mas que enfrentam dificuldades de infraestrutura e acesso a mercados. Com a criação de Polos regionais, a estratégia busca articular atores locais e nacionais, ampliando as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental, especialmente em áreas mais vulneráveis.

Um dos grandes diferenciais da estratégia é o fortalecimento das cadeias produtivas regionais. Ao promover a inovação e a competitividade, a Estratégia Rotas cria condições para que pequenos e médios produtores locais se integrem a cadeias de valor maiores, aumentando sua capacidade de gerar empregos e de competir nos mercados nacionais e internacionais. Esse fortalecimento contribui diretamente para a dinamização econômica local e a geração de riqueza nas regiões atendidas.

Além disso, a integração territorial promovida pela Estratégia Rotas é fundamental para reduzir as desigualdades regionais no Brasil. Ao conectar diferentes áreas do país, muitas vezes isoladas geograficamente, a Estratégia amplia o acesso a mercados, tecnologias e conhecimentos, criando redes de cooperação entre os setores público, privado e acadêmico. Essa articulação territorial e setorial é essencial para aumentar a eficiência das cadeias produtivas e maximizar o potencial de desenvolvimento de cada região.


A Estratégia Rotas de Integração Nacional também promove a descentralização do desenvolvimento econômico, ao direcionar investimentos e atenção para áreas fora dos grandes centros urbanos. Com isso, possibilita-se a diversificação da economia nacional, evitando a concentração de riquezas e oportunidades em poucas regiões. Ao estimular o crescimento de novos Polos de desenvolvimento, a Estratégia contribui para a construção de um Brasil mais equilibrado em termos de oportunidades e prosperidade econômica.

Dessa forma, a Estratégia Rotas de Integração Nacional se apresenta como um caminho crucial para a promoção de um crescimento econômico que não apenas reduz desigualdades, mas que também constrói uma base sólida para o futuro do país.

1.2 Marco Legal da Estratégia Rotas de Integração Nacional: Decreto nº 9.203/2017 e da Portaria nº 2.737/2023

O Decreto nº 9.203/2017 e a Portaria nº 2.737/2023 são dois importantes marcos normativos que devem moldar e fortalecer a Estratégia Rotas de Integração Nacional, proporcionando diretrizes e mecanismos para a gestão eficiente e transparente de políticas e programas governamentais.

O Decreto nº 9.203/2017 estabelece as diretrizes para a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Seu principal

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 5/20
		Data: xx/xx/2024

objetivo é garantir uma gestão pública orientada por princípios de eficiência, integridade, transparência e responsabilidade. O Decreto institui o Sistema de Governança Pública e define critérios para a implementação de boas práticas de governança, como a responsabilização e o monitoramento contínuo das ações governamentais. Além disso, visa alinhar as atividades públicas com os interesses da sociedade, assegurando que o governo funcione de forma eficiente e eficaz para entregar melhores resultados.

Portaria nº 2.737/2023, por sua vez, trata especificamente da Estratégia Rotas de Integração Nacional, publicada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Ela estabelece diretrizes para a implementação e expansão de Polos e Rotas, que visam fortalecer cadeias produtivas em diversas regiões do Brasil, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a integração regional. Essa Portaria traduz a essência da Estratégia Rotas de Integração Nacional, estabelecendo seus objetivos e ressaltando sua importância como um instrumento de política pública voltada para o desenvolvimento regional.


Esses dois instrumentos dialogam diretamente com os esforços do governo em promover uma administração pública moderna e inclusiva. O Decreto nº 9.203/2017 fornece as bases para a governança pública eficiente, enquanto a Portaria nº 2.737/2023 operacionaliza esses princípios no contexto do desenvolvimento regional, reforçando a importância da transparência, controle e inovação na execução das Rotas de Integração Nacional. A Portaria também busca fomentar a integração de diferentes regiões do Brasil e fortalecer as cadeias produtivas locais, gerando crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade.

A adoção dessas normas reforça o compromisso do governo com a criação de uma cultura de responsabilidade e prestação de contas, combatendo práticas inadequadas e promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos. Assim, o Decreto nº 9.203/2017 e a Portaria nº 2.737/2023 contribuem para o aprimoramento da governança pública, alinhando as ações governamentais com os princípios de integridade e desenvolvimento sustentável, com resultados concretos para a sociedade.

Dessa forma, a contextualização do Decreto nº 9.203/2017 e da Portaria nº 2.737/2023 evidencia o contínuo avanço no compromisso em garantir uma administração pública eficiente, responsável e transparente, que busca promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo em todo o Brasil.


1.3 Definições e Conceitos Relevantes

Esta seção visa apresentar as principais definições e conceitos utilizados no contexto da Estratégia Rotas de Integração Nacional, conforme estabelecido pela

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 6/20
		Data: xx/xx/2024

Portaria nº 299, de 4 de fevereiro de 2022, do MIDR. Para os efeitos deste manual, entende-se por:

- **Arranjo produtivo.** São as aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais e instituições públicas e privadas que atuam de maneira articulada em uma cadeia produtiva comum.
- **Cadeia produtiva ou cadeia de valor.** Corresponde ao encadeamento de atividades econômicas desenvolvidas pelos arranjos produtivos e transformam e agregam valor aos insumos, gerando produtos intermediários e finais, visando à comercialização e prestação de serviços.
- **Carteira de projetos.** Lista de projetos elaborada na Oficina Territorial de Planejamento Estratégico inicial do Polo.
- **Circuito espacial produtivo.** Refere-se ao movimento percorrido pelas diferentes atividades de um ciclo produtivo, considerando o encadeamento do ciclo "produção-distribuição-troca-consumo", abrangendo os diversos processos de uma cadeia produtiva. Inclui, ainda, aqueles que ocorrem à montante e à jusante do processo, envolvendo conexões concentradas ou dispersas pelo território. Considera também os ciclos de cooperação relativos aos processos de inovação, regulação, normatização, técnicos e informacionais, formação profissional, financiamento e orientação das políticas públicas.
- **Coordenador de Polo.** É a liderança local associada à cadeia produtiva ou Comitê Gestor responsável por administrar, de forma independente, o Polo ou conjunto de Polos, no caso de haver mais de um Polo em uma mesma Unidade da Federação.
- **Escopo do projeto.** Definição do trabalho que deve ser realizado para entregar um produto, serviço ou resultado.
- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).** Consiste em uma política pública voltada para a redução das desigualdades regionais e o fomento do crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria na condição de vida da população. É a referência para as demais políticas, programas, ações e estratégias do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
- **Polo.** É a aglomeração de cadeias produtivas dotadas de produção expressiva regionalmente com abrangência territorial definida.
- **Projeto.** Esforço empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 7/20
		Data: xx/xx/2024

- **Rotas.** São as redes de Polos capazes de promover a inclusão e integração produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR.

2. SOBRE O MANUAL DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

2.1 Justificativa da Estruturação de um Sistema de Governança para a Estratégia Rotas de Integração Nacional

A Portaria nº 2.737/2023 estabelece as etapas que devem ser seguidas para o desenvolvimento das Rotas, desde o reconhecimento e instauração dos Polos, até a importância da gestão da carteira de projetos. De acordo com o Art. 10 da referida Portaria:

Art. 10 O desenvolvimento das Rotas compreende as seguintes etapas:

I - definir setores e territórios prioritários, conforme critérios definidos nesta portaria, em articulação com Instituições Parceiras, públicos e privados, para elaboração de diagnóstico setorial, definição de estratégias de ação e indicadores de resultados;

II - identificar lideranças junto a associações, cooperativas, organizações setoriais, estados e municípios, empresas e órgãos de fomento, entre outros, para viabilizar a mobilização das partes interessadas;

III - realizar oficinas territoriais de planejamento estratégico, incluindo definição da área de abrangência, visão de futuro, matriz estratégica, elaboração de carteira de projetos e formação dos comitês gestores locais;

IV - apoiar a viabilização de manifestações de carteiras de projetos em parceria com comitês gestores locais, por meio de recursos próprios e parcerias públicas e privadas, inclusive recursos de cooperação internacional;


V - reconhecer e validar os territórios e comitês gestores locais por meio de portaria ministerial;

VI - realizar intercâmbios técnicos e científicos e apoiar estudos e publicações para disseminação de boas práticas entre diferentes cadeias e sistemas produtivos;

VII - realizar estudos de mercado, planos e rodadas de negócios entre associações e cooperativas de produtores e empresas âncora; e

VIII - realizar desafios tecnológicos para aproximação entre investidores e empreendedores inovadores (startups) para apoio empresarial no desenvolvimento e difusão de inovações;

Parágrafo único. Dada a natureza intersetorial dos projetos de desenvolvimento regional, as carteiras de projetos deverão prever ações estruturantes nos elos da cadeia produtiva, insumos, produção, beneficiamento, agregação de valor e comercialização e ações transversais de infraestrutura, organização social, meio ambiente, financiamento e regulação.

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 8/20
		Data: xx/xx/2024

Em relação à primeira etapa, que trata do reconhecimento dos setores e territórios associados aos sistemas e cadeias produtivas e de inovação, a Portaria estabelece:

Art. 6º A seleção setorial das cadeias produtivas apoiadas pela estratégia Rotas deverá estar alinhada com os princípios e tipologia da PNDR e obedecer aos seguintes critérios:

I - potencial de inclusão produtiva: a atividade apoiada deverá contribuir diretamente para a ampliação da oferta de ocupação, emprego e renda nos territórios selecionados, com ênfase no fortalecimento e estruturação de associações e cooperativas, rurais e urbanas, empreendedores e empresas.

II - representatividade regional: foco em atividades alinhadas com o bioma, a cultura e a identidade regional e seu potencial de diferenciação como vantagem competitiva. Serão priorizadas atividades desenvolvidas em mais de uma Unidade da Federação, de modo a facultar a cooperação e o intercâmbio de experiências e boas práticas;

III - sustentabilidade ambiental: serão priorizadas atividades produtivas com baixo impacto ambiental e que contribuam para a preservação e recuperação dos biomas;

IV - potencial de inovação: a cadeia produtiva deve comportar oportunidades de novos produtos e negócios a partir de inovações em parceria com a rede de ICTs, investidores e empresas de base tecnológica - startups;

V - potencial de crescimento do setor: as atividades apoiadas devem apresentar forte potencial de crescimento, seja em função do aproveitamento do mercado local ou pela exploração do mercado exportador regional, nacional e global; e

VI - convergência de iniciativas: serão privilegiadas cadeias produtivas amparadas por outros projetos públicos ou privados de fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

Art. 7º A seleção territorial dos sistemas produtivos e inovadores a serem trabalhados exige o atendimento aos seguintes requisitos:


I - obediência à tipologia da PNDR quanto ao foco nos territórios de ação prioritária;

II - organização socioprodutiva presente: preferência para espaços com governanças territoriais ativas, comitês gestores, câmaras setoriais, associações e cooperativas organizadas por meio de redes de articulação, interação e cooperação com Instituições Parceiras, públicos e privados;

III - potencial de inovação: os sistemas produtivos devem manter proximidade e interação com ICTs e centros de qualificação profissional;

IV - representatividade socioeconômica: o território deve ter destaque na produção regional e envolver conjunto de municípios com aptidão ambiental e socioeconômica à atividade, com destaque para o potencial de desenvolvimento de indicações geográficas;

V - potencial de encadeamento produtivo: valorizam-se territórios com potencial de adensamento da cadeia produtiva, que contem com a presença local de fornecedores de insumos, produtores, agroindústrias e redes de comercialização - mercados locais, turismo, exportadores; e

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 9/20
		Data: xx/xx/2024

VI - convergência de ações: prioridade para espaços com potencial de otimização de ações e recursos de outros projetos públicos e privados - ambientais, assistência técnica, financiamento, empresariais, infraestrutura, entre outros.

Adicionalmente, não se pode perder de vista o público-alvo da Estratégia Rotas de Integração Nacional:

Art. 8º O público-alvo prioritário da estratégia Rotas são micros, pequenos e médios empreendedores rurais e urbanos organizados ou não em associações e cooperativas, e também as startups e empresas âncora de beneficiamento, comercialização e serviços, entidades fundamentais para a estruturação da cadeia produtiva.

§ 1º As Rotas estimularão a inclusão socioproductiva de agricultores familiares, comunidades extrativistas, povos originários e comunidades tradicionais, com ênfase na inserção da mulher e do jovem nos processos produtivos.


§ 2º As Rotas buscarão o envolvimento de ICTs e investidores privados, bem como instituições financeiras e de fomento nos projetos a serem apoiados.

As etapas relacionadas ao desenvolvimento das Rotas, os critérios e requisitos para o reconhecimento de setores e territórios e a definição do público-alvo que se pretende alcançar devem compor o Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional.

De modo geral, um Sistema de Governança deve assegurar: **(i) a eficiência na alocação dos recursos**, visando a maximização dos resultados com o mínimo de desperdício envolvendo planejamento e orçamento, monitoramento e avaliação e utilização de tecnologias; **(ii) a eficácia no cumprimento dos objetivos estabelecidos** com clareza nas metas, alinhamento estratégico, articulação entre os atores e capacitação e desenvolvimento e **(iii) a efetividade da geração de benefícios** de forma equitativa para as comunidades locais implicando na inclusão, participação, justiça social e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, um Sistema de Governança, bem como os documentos que o compõem, deve estar estruturado de maneira clara, de modo a evitar duplicidade de esforços, permitindo o melhor uso dos recursos e fortalecendo a confiança das partes envolvidas.

Portanto, o Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional deve traduzir os princípios estabelecidos na Portaria nº 2.737/2023, de modo a propiciar os seguintes aspectos:

- Identificação dos principais processos e atividades executados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) no âmbito da Estratégia Rotas de Integração Nacional;
- Sequenciamento e interação das atividades e processos;
- Determinação dos critérios e métodos requeridos para assegurar a efetiva operação e controle destes processos;

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 10/20
		Data: xx/xx/2024

- Sistematização e disponibilidade de informações necessárias para apoiar a operação e monitoramento destes processos;
- Cooperação efetiva entre as entidades e os atores envolvidos: instâncias do próprio MIDR, Comitês Gestores Locais, Coordenadores de Polo, Comitê Nacional das Rotas, Instituições Parceiras etc.;
- Rastreabilidade e análise desses processos e implementação de ações necessárias para assegurar os resultados planejados e sua contínua melhoria; e
- Promoção da transparência na tomada de decisões.


2.2 Aplicabilidade do Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional

2.2.1. Objetivo

O presente Manual tem por objetivo descrever a estrutura e especificar os requisitos do Sistema de Governança (SG) da Estratégia Rotas de Integração Nacional, de modo a abranger as etapas estabelecidas na Portaria nº 2.737/2023 para o desenvolvimento das Rotas. O intuito que este manual seja um instrumento efetivo para:

- Integrar os procedimentos operacionais, processos de trabalho, Portarias, legislações e demais documentos relacionados à Estratégia Rotas de Integração Nacional;
- Fornecer de diretrizes norteadoras para as atividades e práticas a serem realizadas pelos colaboradores no âmbito das Rotas, em suas diversas fases;
- Proporcionar referência para o desenho de estruturas organizacionais do MIDR necessárias à operacionalização da Estratégia Rotas de Integração Nacional;
- Orientar para a distribuição precisa de responsabilidades entre os diversos atores – Instâncias do MIDR e Instituições Parceiras envolvidas - no âmbito da Estratégia Rotas de Integração Nacional;
- Servir como guia para a tomada de decisão e para a implementação de ações;
- Ser um instrumento de formalização, normatização e documentação da Estratégia Rotas de Integração Nacional, atendendo à legislação, normas e regulamentos aplicáveis em vigor.

2.2.2. Aplicação

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 11/20
		Data: xx/xx/2024

O presente Manual é aplicável às rotinas do Sistema de Governança (SG) da Estratégia Rotas de Integração Nacional operacionalizados pelo MIDR, mais especificamente às seguintes etapas:

1. **Identificação, Instauração e Reconhecimento do Polo.** Esse tópico envolve os processos de identificação dos setores, territórios, lideranças, Instituições Parceiras etc., bem como a realização de Oficinas Territoriais de Planejamento Estratégico e a instauração e reconhecimento dos Polos.
2. **Gestão da carteira de projetos.** Esse tópico envolve as ações que o MIDR deve desenvolver para apoiar a gestão da carteira de projetos, englobando aspectos relacionados à atuação do MIDR na execução da carteira de projetos.
3. **Acompanhamento e Monitoramento.** Corresponde aos mecanismos de acompanhamento e monitoramento do MIDR na gestão e execução da carteira de projetos.

Todos os tópicos apresentados englobam a sistematização da interlocução do MIDR com os coordenadores de Polo, Comitês Gestores e Instituições Parceiras, bem como o fluxo interno de procedimentos.

3. ESCOPO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

3.1 Competência e Responsabilidades do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional com a Estratégia Rotas de Integração Nacional

De acordo com o Decreto nº 11.830/2023, compete ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), entre outros assuntos: **(i)** Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), **(ii)** Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); **(iii)** Política Nacional de Irrigação (sendo respeitadas as competências do Ministério da Agricultura e Pecuária) e **(iii)** formulação e gestão da Política Nacional de Ordenamento Territorial. Além das políticas públicas, o MIDR é responsável pela elaboração e execução de planos, programas, projetos, ações etc. de desenvolvimento regional, infraestrutura e garantia da segurança hídrica, irrigação e proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres. A Figura 1 apresenta a estrutura organizacional do MIDR.

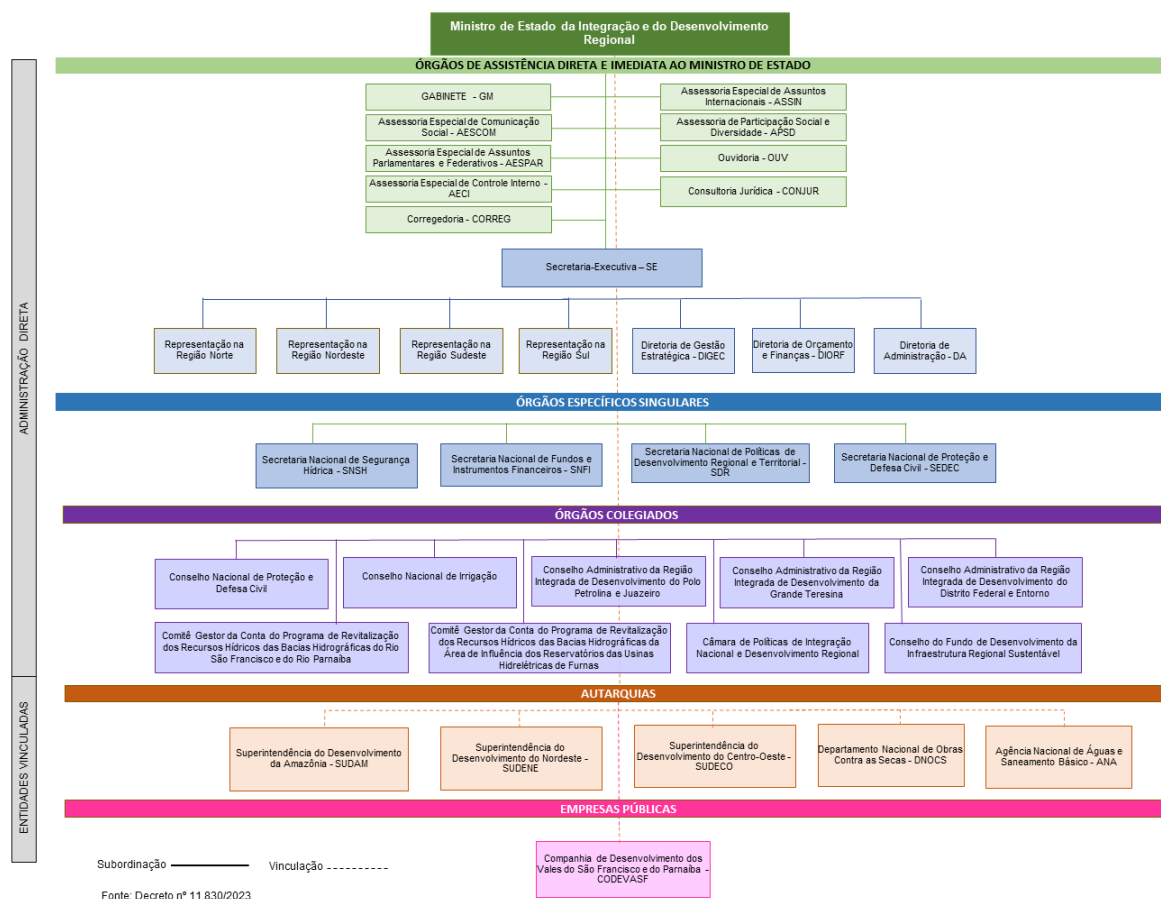


Figura 1 – Organograma do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Fonte: Decreto nº 11.830/2023. Site do MIDR.

A Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR) é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT). A SDR é a instância interna responsável pela coordenação e operacionalização da Estratégia Rotas de Integração Nacional, através da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação do Departamento de Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial (DGINF).

3.2 - Ações relacionadas às etapas para o desenvolvimento da Estratégia Rotas de Integração Nacional, com ênfase às responsabilidades do MIDR

O Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional abrange, em cada uma das etapas que caracterizam o desenvolvimento das Rotas, um conjunto de Processos de Trabalho contendo, em cada um, ações que devem ser seguidas pelo MIDR, considerando o que determina a Portaria nº 2.737/2023. A Figura

2 representa esquematicamente as Etapas do Sistema de Governança e os Processos de Trabalho e elas associadas.



Figura 2 – Etapas e Processos de Trabalho do Sistema de Governança

Fonte: Elaboração própria

3.2.1 Etapa 1: Identificação, Instalação e Reconhecimento do Polo


Para atender a essa Etapa, são previstos os seguintes Processos de Trabalho sob a responsabilidade do MIDR:

3.2.1.1 - Processo de Trabalho 1: Recebimento da Manifestação de Interesse para reconhecimento e instalação do Polo.

A Manifestação de Interesse é uma iniciativa do território, ou seja, deve ser resultado de uma articulação local, devendo constar de alguns atributos obrigatórios, tais como: i) identificação das áreas produtivas ou de mecanismos de indução de arranjos produtivos; ii) identificação de empresas âncoras; iii) identificação de mecanismos de fomento à integração; iv) estudos de análise de mercado e de consumo, com estimativas de impactos socioeconômicos; v) identificação de redes de colaboração institucional.

Esse Processo de Trabalho prevê:

- Definição dos Responsáveis pelo Acompanhamento dos Polos no MIDR;

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 14/20
		Data: xx/xx/2024

- Articulação local com a cadeia produtiva, visando ao fornecimento de atributos, objetivos, parâmetros e referências para a elaboração da Manifestação de Interesse;
- Recebimento da Manifestação de Interesse e aplicação de critérios para sua avaliação, visando à verificação das adequações quanto ao que estabelece a Portaria nº 2.737/2023
- Inscrição da Manifestação de Interesse na Plataforma ROTA-S.

As ações a serem realizadas nesse Processo de Trabalho estão detalhadas no Procedimento 1 - Recebimento e Avaliação da Manifestação de Interesse para reconhecimento e instauração do Polo.

3.2.1.2 - Processo de Trabalho 2 - Realização de Oficinas Territoriais.

Uma vez determinada a adequação do Polo, o Processo de Trabalho seguinte consiste em uma intervenção *in loco* por meio da realização dessa oficina.

Esse Processo de Trabalho prevê:

- Programação e organização de Oficina Territorial de Planejamento Estratégico;
- Definição do nome do Polo e da área de abrangência
- Realização de Diagnóstico Local e definição de Visão de Futuro
- Construção da carteira de projetos
- Definição do Comitê Gestor
- Escolha do Coordenador do Polo

As ações a serem realizadas nesse Processo de Trabalho estão detalhadas no Procedimento 2 - Realização de Oficina Territorial de Planejamento Estratégico para a construção do planejamento estratégico participativo do Polo.

3.2.1.3 - Processo de Trabalho 3 - Reconhecimento do Polo


Nesse Processo, cabe ao MIDR:

- Publicação de Ato de Reconhecimento do Polo no Diário Oficial da União.

As ações a serem realizadas nesse Processo de Trabalho estão detalhadas no Procedimento 3 - Elaboração e publicação de Portaria Ministerial para reconhecimento de Polo, Comitê Gestor, Coordenador de Polo e Ponto Focal.

3.2.2 Etapa 2: Gestão da carteira de projetos

Para atender a essa Etapa, é previsto o seguinte Processo de Trabalho sob a responsabilidade do MIDR:

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 15/20
		Data: xx/xx/2024

- Depuração dos atributos dos Projetos que comporão a carteira a ser implantada no Polo;
- Cadastramento dos Projetos na Plataforma ROTA-S;
- Preparação, pelo Coordenador do Polo, de Planos Operativos para cada Projeto selecionado;
- Suporte do MIDR à gestão da carteira de projetos.

As ações a serem realizadas nesse Processo de Trabalho estão detalhadas no Procedimento 4 - Apoio do MIDR na gestão da carteira de projetos do Polo / território.

3.2.3 - Etapa 3: Acompanhamento e Monitoramento


Essa etapa é centrada no acompanhamento da gestão da carteira de projetos, consistindo no seguinte Processo de Trabalho:

- Preparação, pelo Coordenador do Comitê Gestor, de Relatório Periódico de Acompanhamento dos Projetos no Polo;
- Análise e levantamento de não conformidades e problemas mais urgentes, com definição de ação corretiva, responsável e prazo de execução;
- Negociação das ações corretivas definidas com os respectivos responsáveis;
- Realização de ajustes nos cronogramas e orçamentos nos Planos Operativos dos projetos selecionados;
- Inclusão ou exclusão (por descontinuidade ou conclusão) de projetos a serem executados no Polo;
- Apuração dos Indicadores de resultado e de impacto relacionados aos Objetivos do Sistema de Governança.

As ações a serem realizadas nesse Processo de Trabalho estão detalhadas no Procedimento 5 - Sistemática de monitoramento da carteira de projetos do Polo / território pelo MIDR

4. ANÁLISE CRÍTICA PERIÓDICA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DO ROTAS

O MIDR analisa criticamente seu Sistema de Governança do Programa Rotas de Integração Nacional para assegurar sua contínua adequação e efetividade. Esta análise crítica realiza-se de forma ordinária em Auditorias Internas do Sistema de Governança, realizadas a cada dois anos, preferencialmente ao fim do calendário anual, ou sempre que necessário, a partir de manifestações dos Comitês Gestores Locais ou de Instituições parceiras, e inclui avaliação do desempenho, adequação e

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 16/20
		Data: xx/xx/2024

conformidade do SG, mudanças nos objetivos e metas da estratégia Rotas de Integração Nacional, e revisão e revalidação de documentos.


5. COMPROMISSOS DO MIDR COM A GOVERNANÇA E INDICADORES ASSOCIADOS

O MIDR se compromete, através de sua atuação, com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, mediante o fortalecimento da governança territorial, visando à promoção da convergência dos níveis de desenvolvimento e da qualidade de vida inter-regional, à consolidação de uma rede policêntrica de cidades que promova a desconcentração e a interiorização do desenvolvimento socioeconômico, ao estímulo de ganhos de produtividade e de competitividade regional e ao fomento da diversificação econômica e agregação de valor em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional.

Para mensurar a eficácia e a efetividade dos Projetos implantados nos Polos para a promoção da inclusão produtiva e para o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR, o MIDR, através da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR), fará a apuração anual dos seguintes indicadores relacionados aos Objetivos Gerais da Estratégia Rotas de Integração Nacional:

Objetivos	Indicadores e Metas do Sistema de Governança
✓ <i>Fortalecimento da governança territorial</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação anual da participação do número de Polos que realizaram algum monitoramento da carteira de projetos, no ano de referência, em relação ao número de Polos instaurados.</i> • <i>Variação dos recursos captados em relação ao ano anterior.</i> • <i>Variação anual do percentual de projetos concluídos dentro do prazo e no ano de referência, em relação aos projetos finalizados no mesmo ano.</i>
✓ <i>Desenvolvimento das cadeias produtivas em</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação anual do quantitativo de infraestruturas implantadas¹.</i>


¹ Considerando infraestrutura implantada como conclusão e entrega de obras de estabelecimentos comerciais ou produtivos ao beneficiário que já estejam aptos a receber bens de capital e começar a operar.

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 17/20
		Data: xx/xx/2024

<i>territórios pouco dinâmicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação anual do número de Polos instaurados em municípios com PIB per capita abaixo da média estadual.</i> • <i>Variação anual do faturamento do conjunto de produtores nos Polos.</i> • <i>Variação anual do número de produtores nos Polos.</i>
✓ <i>Inclusão produtiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação do número de Polos instalados em relação ao ano anterior.</i>
✓ <i>Aumento da competitividade das cadeias produtivas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação anual da efetividade da carteira de projetos².</i> • <i>Variação anual do acesso a mercados internacionais³.</i>
✓ <i>Maior envolvimento dos atores locais/territoriais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação do número de produtores locais que implementaram melhorias sugeridas em programas de assistência técnica do Rotas, em relação ao ano anterior.</i> • <i>Variação do número de produtores locais nos Comitês Gestores Locais em relação ao ano anterior.</i>
✓ <i>Melhoria da gestão compartilhada</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação percentual do número de colegiados multi-institucionais criados no Território, em relação ao ano anterior.</i>
✓ <i>Aumento da capacidade de resposta da Estratégia Rotas aos desafios dos territórios</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Variação do número de Polos situados em áreas prioritárias da PNDR em relação ao ano anterior.</i> • <i>Variação do número de parcerias públicas e privadas com redes de inovação em relação ao ano anterior.</i>

² A efetividade da carteira de projetos é medida pelo percentual de projetos concluídos no ano de referência em relação aos projetos finalizados no mesmo ano.

³ O acesso aos mercados internacionais pode ser medido a partir da razão entre produção exportada e produção comercializada em território nacional. Uma outra medida pode ser a participação do polo no total das exportações do produto referencial do polo (essa medida pode ser ajustada para o recorte nacional ou para recortes mais regionalizados).

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 18/20
		Data: xx/xx/2024


6. DOCUMENTOS DO SISTEMA DE GOVERNANÇA

CÓDIGO DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
SG-ROTAS-DOC1-MSG	Manual do Sistema de Governança
SG- ROTAS -DOC2-PROC1	Procedimento 1 – Recebimento e Avaliação da Manifestação de Interesse para reconhecimento e instauração do Polo
SG- ROTAS -DOC3-PROC2	Procedimento 2 – Realização de Oficina Territorial para construção do planejamento estratégico participativo do Polo
SG- ROTAS -DOC4-PROC3	Procedimento 3 – Elaboração e publicação de Portaria Ministerial para reconhecimento de Polo, Comitê Gestor, Coordenador de Polo e Ponto Focal
SG- ROTAS -DOC5-PROC4	Procedimento 4 – Apoio do MIDR na gestão da carteira de projetos do Polo / território
SG- ROTAS -DOC6-PROC5	Procedimento 5 – Sistemática de monitoramento da carteira de projetos do Polo / território pelo MIDR

A composição documental do sistema de governança da estratégia de integração nacional é estruturada de maneira a oferecer diretrizes claras sobre o que precisa ser feito, com detalhamento dos procedimentos específicos sobre como realizar cada etapa do processo. Nesta estrutura, o manual do sistema de governança é responsável por fornecer a visão geral e as diretrizes estratégicas, enquanto os procedimentos são dedicados a descrever detalhadamente as ações concretas necessárias para a implementação dessas diretrizes.

Manual do Sistema de Governança

- **SG-ROTAS-DOC1-MSG: Manual do Sistema de Governança**
 - Este documento serve como a diretriz principal para o sistema de governança. Ele estabelece os princípios, objetivos, responsabilidades e a estrutura geral da estratégia de integração nacional. O manual também descreve o contexto e a importância da integração dos polos,

	Manual do Sistema de Governança da Estratégia Rotas de Integração Nacional	SG-ROTAS-DOC1-MSG
		REV. 00
		PÁG. 19/20
		Data: xx/xx/2024

forneendo uma visão macro de como o sistema deve funcionar e quais são as metas a serem alcançadas.

Procedimentos

- 1. SG-ROTAS-DOC2-PROC1: Procedimento 1 – Recebimento e Avaliação da Manifestação de Interesse para reconhecimento e instauração do Polo**
 - Este procedimento detalha os passos para recepção e avaliação das manifestações de interesse de possíveis novos Polos. Ele explica como as propostas são recebidas, quais critérios devem ser considerados para a avaliação e como a decisão para o reconhecimento e instauração de novos Polos é tomada.
- 2. SG-ROTAS-DOC3-PROC2: Procedimento 2 – Realização de Oficina Territorial para construção do planejamento estratégico participativo do Polo**
 - Este segundo procedimento descreve como organizar e conduzir oficinas territoriais que envolvem os stakeholders locais na construção de um planejamento estratégico participativo para o Polo. Ele inclui instruções sobre a preparação das oficinas, metodologia de participação, coleta e centralização das contribuições dos participantes.
- 3. SG-ROTAS-DOC4-PROC3: Procedimento 3 – Elaboração e publicação de Portaria Ministerial para reconhecimento de Polo, Comitê Gestor, Coordenador de Polo e Ponto Focal**
 - Aqui são descritos os passos necessários para a elaboração e publicação de uma Portaria Ministerial. Este documento detalha os processos administrativos e legais para formalizar o reconhecimento do Polo, a constituição do Comitê Gestor, a nomeação do Coordenador de Polo e a definição do Ponto Focal.
- 4. SG-ROTAS-DOC5-PROC4: Procedimento 4 – Apoio do MIDR na gestão da carteira de projetos do Polo / território**
 - Este procedimento explica como o Ministério do Desenvolvimento Regional (MIDR) apoia a gestão da carteira de projetos dos Polos e territórios. São abordadas as formas de suporte, orientações sobre a priorização de projetos, e as ferramentas disponibilizadas pelo MIDR para facilitar a gestão eficaz e eficiente desses projetos.
- 5. SG-ROTAS-DOC6-PROC5: Procedimento 5 – Sistemática de monitoramento da carteira de projetos do Polo / território pelo MIDR**

- Descreve o sistema de monitoramento que o MIDR utiliza para acompanhar o progresso dos projetos nos Polos e territórios. Especifica os indicadores de desempenho, as metodologias de coleta de dados, a frequência de monitoramento e como os dados são analisados e utilizados para tomar decisões informadas.

A figura abaixo exemplifica a composição documental do sistema de governança.

